

Há sensivelmente dois anos sob intervenção externa, Portugal prossegue com a sua missão de reequilibrar as contas públicas e restabelecer a confiança nos mercados. Os efeitos recessivos da política dos credores internacionais têm fugitado a Economia portuguesa, que tarda em evidenciar sinais de retoma. Numa altura em que se anseia a entrada num ciclo de crescimento virtuoso, é mediatizado um Orçamento do Estado que corporiza a carga fiscal mais elevada da Europa.

Em entrevista ao 'Qualidade&Inovação', João Cipriano, managing partner da Abreu & Cipriano Auditores, tece uma reflexão sobre estas temáticas, identificando as fragilidades da Economia.

A semelhança de congéneres europeus, Portugal atravessa um cenário de profunda recessão económica. Com efeito, no último trimestre de 2012, a Economia portuguesa sofreu a maior queda dos últimos três anos, o que culminou na cessação de 125 mil empregos, entre outros indicadores que foram igualmente afetados.

Neste sentido, o Executivo apresentou, este ano, um Orçamento do Estado (OE) que mereceu duras críticas por parte de figuras proeminentes do setor financeiro. Comportando uma elevada carga fiscal, perspetiva-se, na opinião de João Cipriano, "que o OE culmine num agravamento do cenário de recessão, sobretudo em empresas que estejam dependentes do consumo interno e público. As que estão menos dependentes destes mercados - nomeadamente as exportadoras ou que tenham nichos de mercado - são, obviamente, menos afetadas, o que não significa que não o possam ser em função da evolução económica dos mercados de destino". De facto, tecendo uma análise aos indicadores macroeconómicos do

Análise da Economia portuguesa: "Torna-se imperioso uma mudança de paradigma"



João Cipriano, managing partner da Abreu & Cipriano Auditores

país denota-se que "a debilidade da Economia portuguesa advém do facto do PIB estar excessivamente dependente do consumo público e do privado". Neste sentido, é inevitável que, "por força da carga fiscal, ou da retração da despesa pública, o rendimento disponível baixe e, conseqüentemente, os fatores de recessão de determinados segmentos de mercado se agravem", afiança. Na opinião do Revisor Oficial de Contas, torna-se imperioso operar uma mudança de paradigma na Economia nacional, "no sentido de aumentar a importância das exportações no PIB. Porém, para alcançar o equilíbrio da Balança Externa, impõe-se também a substituição das importações, mas esta é uma alteração estrutural que não acontece num curto prazo. Há esforços que têm sido feitos nesse sentido, mas a mudança pode demorar uma geração. As modificações da base económica do país só acontecem com a alteração de uma série de aspetos no ambiente económico, nomeadamente nos processos de licenciamento, na Justiça, nos níveis de fiscalidade, na Formação Profissional,

na Educação e na cultura de mérito, de rigor e de disciplina".

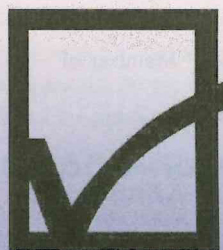
Exportações vs. Investimento externo

No ano passado, Portugal registou uma oscilação positiva na Balança Comercial - epopeia que não se registava há décadas. No entanto, apesar das vendas ao exterior, em 2012, terem subido 5,8%, a performance no final do ano ficou aquém das expectativas. Com efeito, o *Eurostat* confirmou o agravamento da recessão em toda a Zona Euro no final do ano transato - dados que sinalizavam que as exportações, este ano, estariam longe do esperado pelo Governo português. Analisando este cenário, João Cipriano considera que "o crescimento que se verificou nas exportações teria um teto, desde logo porque a capacidade instalada das empresas não é ilimitada e, por outro lado, porque os mercados de destino não continuam a crescer sistematicamente. É necessário analisar, simultaneamente, os fatores da concorrência que têm forte impacto neste domínio". Portanto, "era natural que o ritmo de crescimento

abrandasse ou, nalguns setores, se atingisse alguma estagnação". Assim, a intensidade de crescimento só será alcançada, novamente, através "da diversificação e ganho de quotas de mercado, do aumento da capacidade produtiva e da diversificação do tecido produtivo nacional", reitera.

Efetivamente, o panorama português patentado nos mercados internacionais não configura um cenário atrativo para os investidores externos. Apesar "de reunirmos a capacidade humana, quer no trabalho intelectual, quer manual, há uma série de aspetos macroestruturais que não estão completamente resolvidos e refiro-me, desde logo, à fiscalidade e aos processos de licenciamento que carecem de revisão ao nível autárquico e central". Já no domínio laboral, "há aspetos a retificar, mas que não estão necessariamente relacionados com o nível salarial. Deveriam existir mecanismos que facilitassem a mobilidade das pessoas". No fundo, "faltam condições de caráter legal, fiscal e de licenciamento para obtermos um ambiente favorável ao negócio e, conseqüentemente, ao investimento estrangeiro".

Neste sentido, os decisores económicos anunciaram uma reforma do IRC, a entrar em vigor no início de 2014. Diminuir a burocracia, reforçar a competitividade, o investimento produtivo e a internacionalização são os objetivos apontados que nortearão a reforma, apesar de ainda não terem sido popularizados os contornos efetivos da proposta do diploma. Este imposto, de acordo com João Cipriano, "quando criado, em 1989, motivou uma evolução no processo de fiscalidade, dada a modernidade da sua estrutura. Mas, ao longo dos anos, tem sido objeto de distorções fruto da pressão do Governo para obter receitas. Por isso, há um conjunto de matérias no IRC que têm de ser revistas, como é o caso das tributações autónomas. Impõe-se, efetivamente, uma revisão para tornar este imposto mais «amigo» do investimento", conclui ●



Abreu & Cipriano, Auditores, SROC

Inscrita na OROC sob o nº 119

Tel: +351 218 166 180 - Fax: +351 218 166 183

Praça de Alvalade, 6 - 3º D - 1700-036 LISBOA

geral@aca.mail.pt

www.acauditores.pt